

REVISTA DO CORPO DISCENTE DE FILOSOFIA DA UFMG

# CoNTextura

Vol. 13

N.º 20

NOVEMBRO DE 2024





**ConTextura:** **1.** Encadeamento; modo como estão ligadas entre si as diferentes partes de um todo organizado; conexão completa e organizada; diversidade de ideias e emoções que formam uma rede complexa, um contexto. **2.** Conjunto, todo, totalidade; aquilo que constitui o texto no seu todo. **3.** Com-textura; ato ou efeito de tecer, tecido, trama. **4.** Texto com textura; Contextura.

# Contextura

## Concepção geral e coordenação

Tadeu Verza

## Editores-chefe

Beatriz Iva de Sales e Henrique Buldrini Barreto

## Editores de seção

Arthur Stigert Christo

Eduardo Dias de Carvalho Filho

Paula Silva Araujo Rocha

## Leitores de prova

Alba Mariano

Antônio Vinicius Ferreira da Fonsêca

Helena Eyer

Maria Eduarda de Castro

Mariana Gonçalves de Freitas

João de Oliveira

Richard de Lima Gazzola

Xidocheung Nunes Monteiro.

## Conselho Consultivo

Eduardo Soares

Érico Andrade

Eros Carvalho

Helton Adverse

Lívia Mara Guimarães

Rogério Lopes.

## Design gráfico e diagramação:

Philippos Leonidas Oliveira Propodis

## Capa

A imagem foi cedida por Gabriel Duarte Lauriano

## Copyright

O conteúdo das publicações é de direito dos seus autores.

**ISSN: 2525-5509**

## Agradecimentos

Aos pareceristas que contribuíram para a qualidade desta edição.

A Revista ConTextura é uma iniciativa do corpo discente do curso de Filosofia da UFMG.

Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, FAFICH/ Sala 2070 - BH, MG.

## Realização



## Apoio



## SUMÁRIO

<b>IDENTIDADE PESSOAL E SOBREVIVÊNCIA: UM DEBATE SOB LENTES NEOLOCKEANAS</b> ARTHUR DE CASTRO MACHADO .....	7
<b>A CRISE MODERNA DO CONCEITO DE OBRA NA ESTÉTICA DE HEGEL</b> JOÃO AUGUSTO ARAÚJO FERREIRA.....	28
<b>A ENGENHARIA CONCEITUAL NO PERÍODO TARDIO DE NIETZSCHE</b> DANIEL MELO SOARES.....	39
<b>A DEDUÇÃO DO ESPAÇO NA EXPOSIÇÃO <i>NOVA METHODO</i> (1797/8) DA <i>DOCTRINA-DA-CIÊNCIA</i> DE FICHTE</b> PEDRO PIMENTA BARBOSA DE SOUSA .....	57
<b>A TEMÁTICA DO CORPO HUMANO NO PENSAMENTO CARTESIANO</b> JOÃO VICTOR REZENDE DIAS.....	71

CoNTextüra

CoNTextüra

CoNTextüra

CoNTextüra

CoNTextüra

CoNTextüra

CoNTextüra

# IDENTIDADE PESSOAL E SOBREVIVÊNCIA: UM DEBATE SOB LENTES NEOLOCKEANAS<sup>1</sup>

PERSONAL IDENTITY AND SURVIVAL: A DEBATE UNDER NEOLOCKEAN LENSES

ARTHUR DE CASTRO MACHADO

DOI: 10.5281/zenodo.12535371

**RESUMO:** Neste artigo, analiso a coextensionalidade e a compatibilidade entre identidade pessoal e sobrevivência sob a perspectiva do neolockeanismo. O conteúdo do artigo está estruturado em quatro partes. Primeiro, apresento o que é o problema da identidade pessoal e a perspectiva neolockeana do problema. Segundo, apresento a teoria do filósofo Derek Parfit (1942-2017), que distingue identidade pessoal de sobrevivência, tratando esta última como aquilo que confere importância à identidade. Terceiro, apresento a objeção de David Lewis (1941-2001) à teoria de Parfit bem como a teoria de Lewis que resgata a compatibilidade entre identidade pessoal e sobrevivência a partir de sua coextensionalidade. Quarto, ofereço algumas conclusões e palpites tendo em mente a discussão exposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade Pessoal; Sobrevivência; Compatibilidade; Coextensionalidade; Continuidade psicológica; relação de equivalência.

**ABSTRACT:** In this article, I analyse the coextensionality and compatibility between personal identity and survival from the neolockean's perspective. The article's content is divided in four parts. First, I present the personal identity problem and the neolockean's perspective of the problem. Second, I present the theory of the philosopher Derek Parfit (1942-2017), who distinguishes personal identity from survival, treating this last one as the one that gives importance to identity. Third, I present David Lewis's (1942-2017) objection to Parfit's theory as well as Lewis's theory, which rescues the compatibility between personal identity and survival from their coextensionality. Fourth, I offer some conclusions and guesses having in mind the exposed discussion.

**KEYWORDS:** Personal Identity; Survival; Compatibility; Coextensionality; Psychological Continuity; equivalence relation.

---

<sup>1</sup> Agradeço enormemente ao meu querido amigo e orientador da Iniciação Científica, o prof. Dr. Guilherme Araújo Cardoso, pelas leituras, críticas, sugestões e comentários feitos a respeito do texto, além da boa quantidade de horas de reuniões com conversas sobre o problema aqui apresentado.

## 1. O PROBLEMA E O NEOLOCKEANISMO

1. Qual é o critério ideal para a persistência de pessoas?
2. O que provoca a permanência de uma pessoa ao longo do tempo?
3. Quais alterações uma pessoa pode sofrer sem se extinguir?
4. Quais são as suas condições de sobrevivência?.

Essas indagações resumem a investigação do essencial para a manutenção da identidade de pessoas ao longo do tempo e as questões relacionadas à sobrevivência. De modo geral, essas questões tomam identidade e sobrevivência como idênticas (ou coextensionais) a persistência. Mas será mesmo assim? Serão identidade e sobrevivência compatíveis?

Diante dessas questões, uma resposta intuitiva sugere que o elemento chave para a identidade é a vida mental - seja lá o que isso for. A resposta mais comum para o problema da persistência envolve algum critério psicológico ou mental (utilizo esses termos como sinônimos). Esse tipo de resposta se fundamenta na história da filosofia ocidental, pois um dos primeiros autores a tratar do problema da identidade de pessoas foi John Locke (1632-1704). Sua resposta para a pergunta (2) é a consciência - *do presente, do passado e do futuro*.

É através da consciência que ele tem dos seus pensamentos e ações presentes que ele é um *eu* para *si mesmo* agora, e assim ele será o mesmo *eu* conforme a mesma consciência possa estender-se para as ações passadas ou para as ações futuras [...]: a mesma consciência une essas ações distantes numa mesma *pessoa*, não importando quais substâncias contribuíram para a sua produção. (Locke, 2010, p.278)

A interpretação da tese de Locke, ainda que dubitável, é que o critério necessário e suficiente para a identidade pessoal é a *memória*<sup>2</sup>. Mas esse critério enfrenta problemas fatais. O primeiro deles é que a memória não é transitiva, mas a identidade sim. Thomas Reid (1710-1796) supõe três fases da vida de uma mesma pessoa hipotética. Na fase A, ela é uma criança que apanhou por roubar uma maçã em um pomar; em B, ela é um soldado em sua primeira campanha e rouba o estandarte do inimigo; em C, ela é um general já mais velho. Assim,

[...] aquele que foi castigado na escola é a mesma pessoa que tomou o estandarte e que aquele que tomou o estandarte é a mesma pessoa que se tornou general. De onde se segue que, se houver qualquer verdade na lógica, o general é a

---

<sup>2</sup> “...o Sr. Locke atribui à consciência a convicção que temos a respeito de nossas ações passadas, tal como se um homem pudesse agora ser consciente do que fez há vinte anos. É impossível entender o significado disso, *a menos que por consciência ele quisesse dizer a memória*, a única faculdade pela qual temos um conhecimento imediato de nossas ações passadas” (Reid, 2010, p. 284 – grifos meus).

mesma pessoa que aquela que foi castigada na escola. (Reid, 2010, p.282)

Mas agora Reid supõe ainda que, em B, o soldado se lembre de quando era criança em A, e que, em C, o general se lembre de quando era soldado em B mas não de quando era criança em A. Isso gera um problema para Locke porque:

[...] a consciência do general não alcança tão longe quanto o seu castigo; então, de acordo com a doutrina do Sr. Locke, ele não é a pessoa que foi castigada. Portanto, o general é, e ao mesmo tempo não é, a mesma pessoa que aquela que foi castigada na escola (*idem*).

O segundo problema é que a memória pressupõe identidade porque uma pessoa só se lembra das próprias experiências. “Uma das objeções a esta perspectiva terá partido de Joseph Butler 1736 [...]. Ao dizermos que y recorda-se de experiências de x, estamos já a presumir que x é y, dado que uma pessoa só pode recordar-se das *suas* experiências” (Galvão, 2013, p.3).

Mas alguns filósofos acreditam que Locke estava na direção correta. Talvez sua teoria peque pela ausência de um tratamento adequado e de uma maior abrangência da vida mental. Surgem daí algumas teorias inspiradas na teoria de Locke que partem do ponto de que a memória é necessária, mas não suficiente para a identidade. Os defensores dessas teorias *a la* Locke se reconheceram como *neolockeanos*. Grosso modo, o neolockeano é o defensor de algum critério sobre identidade pessoal baseada em termos psicológicos.

## 2. A TEORIA DE DEREK PARFIT

Um neolockeano famoso por resgatar a temática da identidade pessoal e por nos oferecer uma resposta curiosa foi Derek Parfit (1942-2017). Parfit se destacou por sua famosa tese de que, contrariamente ao senso comum, a identidade *não* é importante. Em seu artigo *Identidade Pessoal*, Parfit avança a tese de que a identidade pessoal *não* é aquilo que importa para a sobrevivência. Por isso não devemos falar da identidade, mas tão somente da sobrevivência. Uma ideia apresentada por Parfit, mas não disputada neste artigo, é que o importante para a sobrevivência é a *continuidade psicológica* – trataremos da continuidade mais adiante.

Em defesa de sua teoria, Parfit procede do seguinte modo:

1. A identidade não admite graus.
2. Se a identidade e a sobrevivência são coextensionais, então a identidade e a sobrevivência são compatíveis.
3. Ora, a sobrevivência admite graus.
4. Logo, a identidade não admite graus e a sobrevivência admite graus.

[(1), (3), *introdução da conjunção*]

5. Se a identidade não admite graus e a sobrevivência admite graus, então a identidade e a sobrevivência não são compatíveis.
6. Logo, então a identidade e a sobrevivência não são compatíveis. [(4), (5), *modus ponens*]
7. Logo, a identidade e a sobrevivência não são coextensionais. [(2), (6), *modus tollens*]
8. Se a identidade e a sobrevivência não são coextensionais, então a identidade não é o que importa para a sobrevivência.
9. Se a identidade pessoal não é o que importa para a sobrevivência, então devemos desistir de falarmos em identidade pessoal.
10. Logo, a identidade pessoal não é o que importa para a sobrevivência. [(7), (8), *modus ponens*]
11. Logo, devemos desistir de falarmos em identidade pessoal. [(9), (10), *modus ponens*]

Na introdução de seu artigo, Parfit coloca em disputa duas crenças acerca da identidade pessoal. A primeira concerne a sua natureza e afirma que a identidade pessoal é sempre determinável. Há sempre uma resposta do tipo ‘sim’ ou ‘não’ para a pergunta quanto a se uma pessoa num dado momento ainda é a mesma. A segunda crença concerne a importância da identidade pessoal e afirma que, sem ela, nós não poderíamos responder questões relevantes como a da sobrevivência, da responsabilidade, da culpa e do medo. Parfit acredita que a segunda crença depende da primeira porque, se mostrarmos que a identidade nem sempre é determinável, desvinculamos o problema da sobrevivência do problema da identidade. E mostrar que, nesses casos, não é um problema não sabermos determinar se há ou não identidade, mas sim se o indivíduo sobrevive ou não, retira a importância que costumamos atribuir à primeira.

Comumente, pensamos em sobrevivência e identidade como interligadas, de modo que ambas parecem ser relações idênticas (coextensionais). “Eu sobreviverei?” parece, como eu disse, equivalente a “haverá alguma pessoa viva que será a mesma pessoa que eu?” (Parfit, 2010, p. 300). Se as relações de identidade e sobrevivência são de fato idênticas, então elas devem satisfazer as mesmas propriedades: devem ser regidas pelo *Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos*<sup>3</sup>. Não pode ocorrer que uma possa ser gradual enquanto a outra não. Porém, Parfit

<sup>3</sup> O *Princípio de Indiscernibilidade dos Idênticos* afirma que, se duas coisas são idênticas, elas são indistinguíveis – têm as mesmas propriedades. Por contraposição, caso tenham propriedades distintas, então elas são relações distintas. Por exemplo, se Alberto Caeiro e Ricardo Reis são a mesma pessoa (Fernando Pessoa), então tanto Alberto Caeiro quanto Ricardo Reis têm as mesmas propriedades. Já o *Princípio de Identidade dos Indiscerníveis* afirma que, se duas coisas são indistinguíveis – têm as mesmas propriedades, então elas são idênticas. Por contraposição, caso sejam relações distintas, então elas têm propriedades distintas. Por exemplo, mesmo dois irmãos gêmeos ou duas amebas com as mesmíssimas informações genéticas ainda não teriam as mesmas propriedades porque não podem “ocupar o mesmo lugar” *no sentido extensional do termo*.

apresenta alguns casos que contestam essa ligação. Embora estranhos, esses casos são cientificamente possíveis (podem se tornar reais algum dia). E como não há provas ou argumentos decisivos que estabeleçam sua impossibilidade, então eles são relevantes. Mas o ponto é: eles nos encurralam se tentamos respondê-los usando identidade. O autor propõe que a identidade nem sempre é determinável, o que é problemático, pois o senso comum afirma que a identidade é um componente essencial da sobrevivência, de tal modo que não pode haver identidade sem haver simultaneamente sobrevivência, e vice-versa. Disso se conclui que o senso comum está enganado se a identidade for incompatível com a sobrevivência, ou inversamente.

De início, Parfit imagina um consenso: há sobrevivência e identidade quando um cérebro humano é transplantando de um corpo humano para outro (sem cérebro) qualitativamente idêntico ao original. Mas ele apresenta um caso mais radical: o cenário da cirurgia de hemisferectomia proposto por David Wiggins (1933). Nesse cenário, o cérebro de um corpo humano A é dividido em dois hemisférios exatamente similares<sup>4</sup> sendo ambos transplantados individualmente em dois outros corpos (sem cérebro) B e C qualitativamente idênticos ao primeiro. (Acredito que a suposição dos hemisférios cerebrais serem similares esteja atrelada à discussão da possibilidade lógica da identidade não acarretar sobrevivência, e vice-versa, uma vez que a identidade entre dois objetos implica que *necessariamente* esses dois objetos tenham as mesmas propriedades. A disputa é acerca da natureza do conceito). Imaginando-se o sucesso da cirurgia, ocorre uma de quatro coisas:

1. A não sobrevive;
2. A sobrevive como B, mas não como C;
3. A sobrevive como C, mas não como B; ou
4. A sobrevive como ambos.

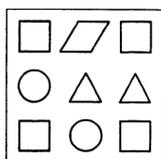
A primeira opção não parece ser o caso porque admitimos que se transplantarmos o cérebro para um único corpo e se a cirurgia for bem-sucedida então a pessoa original sobrevive. “E as pessoas têm de fato sobrevivido com metade do seu cérebro destruída. Parece seguir-se que eu poderia sobreviver se metade do meu cérebro fosse transplantada com sucesso e a outra metade fosse destruída” (Parfit, 2010, p. 298). Mas se ambos os hemisférios se mantivessem intactos, como dois sucessos poderiam consistir numa falha? A segunda opção também não parece ser o caso: se pressupormos que os novos corpos são qualitativamente idênticos e que os hemisférios no experimento também o são, como um dos corpos pode ter preferência em relação ao outro, caso a cirurgia seja bem-sucedida? A terceira opção não parece ser o caso porque é apenas o inverso da segunda. Mas a quarta opção também não porque uma pessoa não pode sobreviver como duas, dada a noção de identidade numérica. Nesse caso, não parece haver resposta para a questão da identidade. O que devemos fazer então?

---

<sup>4</sup> “...no caso de Wiggins, cada metade do cérebro é exatamente similar e assim, para começar, é cada pessoa resultante” (Parfit, 2010, p. 298).

Parfit oferece uma alternativa: “A alternativa, a favor da qual irei argumentar, é abandonar a linguagem da identidade. Nós podemos sugerir que eu sobrevivo como duas pessoas diferentes sem implicar que eu seja essas pessoas” (Parfit, 2010, p. 299). Para o autor, o caso de Wiggins problematiza a primeira crença (de que é preciso haver sempre uma resposta do tipo ‘sim’ ou “não” para a pergunta sobre se uma pessoa num dado momento permanece a mesma num momento posterior), e solapa a segunda porque a identidade pessoal não parece ser o que importa aqui, mas apenas a sobrevivência.

A identidade é uma relação do tipo um com um: algo só é idêntico a si mesmo. Existem dois sentidos de identidade (o sentido qualitativo e o numérico), e, nesse contexto, a palavra ‘identidade’ tem o sentido da identidade numérica. P.F. Strawson apresenta essa distinção por meio da seguinte imagem:



Para Strawson, falamos da *identidade qualitativa* caso dissermos algo como ‘o objeto do canto superior esquerdo é o mesmo objeto que aquele do canto inferior direito’. Mas falamos da *identidade numérica* caso dissermos algo como ‘o objeto do canto superior esquerdo é o mesmo objeto que aquele que tem um paralelogramo à sua direita e um círculo logo abaixo’ (Strawson, 2003, p. 33-34). A título de maior generalidade, acredito que possamos colocar essa distinção do seguinte modo. No sentido de *identidade qualitativa*, algo é o mesmo sse mantém as mesmas propriedades. Por exemplo, duas cópias do livro *Investigação* acerca do entendimento humano, de David Hume, são *o mesmo* porque detêm o mesmo número de páginas, detêm a mesma capa, o mesmo texto etc. Já no sentido da *identidade numérica*, algo é o mesmo sse sua referência se mantém; em termos metafóricos, caso “nada tenha tomado o seu lugar”. Por exemplo, nesse sentido, a estrela-da-manhã e a estrela-da-tarde são *o mesmo* porque são o planeta Vênus.

O problema da identidade reside na sua *transitividade*. Ao analisarmos um caso qualquer de bifurcação (casos em que uma pessoa se torna duas – *fissão* – ou em que duas pessoas se tornam uma –  *fusão*), o resultado da bifurcação contradirá com a identidade numérica em razão da transitividade. Por exemplo, na cirurgia de hemisferectomia, o cérebro de uma pessoa A é dividido em dois hemisférios. Posteriormente, cada hemisfério é transplantado em dois novos corpos, B e C. Se a cirurgia for bem-sucedida, e se A for o mesmo que B e o mesmo que C, então se segue, por simetria mais transitividade, que B é o mesmo que C. Isso contradiz a identidade numérica porque ela afirma que algo só pode ser idêntico a si mesmo. Em termos conjuntistas, essa situação pode ser representada assim: de acordo com a identidade numérica, se o objeto x é idêntico ao objeto y, então a descrição do conjunto cujo único elemento é x e a descrição

do conjunto cujo único elemento é  $y$  se referem ao mesmo conjunto unitário. Por exemplo, se a estrela-da-manhã é idêntica à estrela-da-tarde, então a descrição do conjunto cujo único elemento é a estrela-da-manhã (e.g., “o primeiro corpo celeste a nascer pela manhã”) e a descrição do conjunto cujo único elemento é a estrela-da-tarde (e.g., “o último corpo celeste a se pôr pela tarde”) se referem ao mesmo conjunto unitário, o conjunto constituído pelo planeta Vênus. Mas no caso em questão, o conjunto apontado possui dois elementos em vez de um, B e C. Como respeitamos a identidade numérica, dizemos que a transitividade da identidade no caso de bifurcação falha. Se isso for assim, a identidade enfrenta um problema sério.

Penso que por trás da discussão está o seguinte. Se a sobrevivência e a identidade forem relações coextensionais (i.e., se a extensão de ambas for o mesmo conjunto de  $n$ -uplas ordenadas que as satisfazem), isso significa que elas são idênticas, vide Princípio da Extensionalidade<sup>5</sup>. E, sendo idênticas, devem ter propriedades compatíveis entre si porque, necessariamente, toda relação tem propriedades compatíveis consigo mesma. Isso se segue da Lei de Leibniz de *Indiscernibilidade dos Idênticos*. Portanto, se identidade e sobrevivência são relações idênticas, suas propriedades devem ser as mesmas; portanto, compatíveis. A leitura tradicional a respeito da compatibilidade de relações é que, se duas relações são compatíveis, ambas são satisfeitas pelo mesmo conjunto de  $n$ -uplas ordenadas. E se isso é assim, então parece que coextensionalidade e compatibilidade são duas relações equivalentes. Ora, a identidade é uma relação de tudo ou nada: ou ela ocorre ou não ocorre. Em outras palavras, a relação de identidade não admite graus. Se esse é o caso, então, obrigatoriamente, qualquer relação que seja compatível com a identidade também não pode admitir graus.

Repare que há outro sentido para o termo ‘compatibilidade’: duas relações podem ser compatíveis no sentido de não se excluírem mutuamente. Assim, pode haver duas relações distintas e, portanto, não compatíveis<sub>1</sub> (no sentido de não serem satisfeitas pelo mesmo conjunto de  $n$ -uplas ordenadas) mas compatíveis<sub>2</sub> (no sentido de não se excluírem). Por exemplo, a relação “é da mesma idade que” é compatível<sub>2</sub> com a relação “é mais inteligente do que” porque não se excluem. Mas, enquanto a primeira é uma relação reflexiva, a segunda não o é<sup>6</sup>. Por isso, a depender do domínio de atuação, elas podem não ser satisfeitas pelo mesmo conjunto de  $n$ -uplas ordenadas – portanto, podem não ser compatíveis<sub>1</sub>. Mas, quando o assunto é sobrevivência e identidade, a noção de ‘compatibilidade’ que interessa é a da compatibilidade<sub>1</sub> porque, de acordo com o senso comum, a identidade é um componente essencial para a sobrevivência, e vice-versa. Ou seja, há sobrevivência sse há identidade. Por isso, daqui em diante, falaremos de compatibilidade apenas enquanto compatibilidade<sub>1</sub>.

Em seu artigo, Parfit defende que a sobrevivência pode admitir graus. Isso quer dizer que os elementos cruciais para a sobrevivência podem estar mais ou menos presentes em relação a dois objetos; a sobrevivência pode estar presente num maior ou menor grau. Por exemplo,

5 Princípio de Extensionalidade: se dois conjuntos têm os mesmos membros então eles são o mesmo conjunto.

6 Elas só se excluíram caso a segunda relação fosse irreflexiva, o que não é o caso.

dado que a força da memória diminui com a maior distância entre momentos no tempo, podemos concluir que a memória admite graus. Entre Stuart Mill aos dezesseis anos e Stuart Mill aos dezessete anos, a memória do segundo em relação ao primeiro se encontra em maior grau do que de Stuart Mill aos sessenta anos com o primeiro Stuart Mill. A razão em favor de que a sobrevivência admite graus é que, embora a identidade seja uma relação um-um (i.e., é sempre muitos-um e também um-muitos), a sobrevivência *ou* não é muitos-um *ou* não é um-muitos. Uma relação é *muitos-um* sse, para todo  $x$  pertencente ao domínio de  $R$ , existe um  $y$  pertencente à imagem de  $R$ , tal que,  $x$  tem a relação  $R$  com  $y$ . Por exemplo, a relação “ $x$  tem como mãe biológica  $y$ ” é muitos-um porque, ainda que haja mais de um elemento  $x$  no domínio de  $R$  ligado a um único  $y$  no contradomínio de  $R$ , cada elemento  $x$  está ligado à apenas um  $y$ . Enquanto uma relação é *um-muitos* sse, para todo  $y$  pertencente à imagem de  $R$ , existe exatamente um pertencente ao domínio de  $R$ , tal que,  $x$  tem relação  $R$  com  $y$ . Por exemplo, a relação “ $x$  é mãe biológica de  $y$ ” é um com muitos porque, para todo elemento  $y$  da imagem, esse elemento liga-se a apenas um único elemento  $x$ . Essas informações indicam o seguinte: na identidade, um elemento pode ser idêntico somente a um único elemento (si mesmo) enquanto na sobrevivência um elemento pode sobreviver como dois ou mais elementos (ou dois ou mais elementos podem sobreviver como um).

Essa tese é ilustrada pela cirurgia de hemisferectomia, que representa um cenário de fissão. Mas o seu inverso, a fusão, também ilustra a tese de que há casos de sobrevivência que geram problemas de identidade. Nesses casos, aquilo que rege a sobrevivência é a *continuidade psicológica*, uma corrente de conexões mentais diretas. Suponha que possamos falar de memórias sem pressupormos identidade; i.e., que possamos falar de *quasi*-memórias ou *q*-memórias. Ter uma *q*-memória é parecer se lembrar de algo sem saber se essa memória é nossa ou de outrem. Por exemplo, um dos corpos resultantes da cirurgia pode ter uma *q*-memória porque parece se lembrar de algo, mas não sabe se essa memória é sua ou do corpo anterior à cirurgia. Suponha que possamos falar desse modo (i.e., sem pressupor identidade) também de outros estados e processos mentais; e.g., que possamos falar de *q*-intenções, *q*-desejos etc. A relação entre uma *q*-memória e a experiência *q*-lembrada é o que denominamos *conexão mental direta*; o que também ocorre para os demais estados e processos mentais, e.g., a relação entre uma *q*-intenção e a experiência *q*-intencionada, um *q*-desejo e a experiência *q*-desejada etc.

A “*conectividade psicológica*”, [...], exige a vigência dessas relações psicológicas diretas. A “conectividade” não é transitiva, pois essas relações não são transitivas”. [...] A “*continuidade psicológica*”, ao contrário, somente requer cadeias sobrepostas de relações psicológicas diretas. Logo, a “continuidade” é transitiva. (Parfit, 2010, p. 305 – grifos meus)

Dessa forma, há maior ou menor conectividade psicológica a depender do número de conexões psicológicas diretas, e, portanto, quanto menor for a distância temporal entre as conexões mentais. Já a continuidade é composta por essas conexões psicológicas assim como uma corda pode ser composta por nós. A continuidade e a conectividade psicológica são relações que admitem graus. Uma pessoa sobrevive de um momento para o outro (seja anterior ou posterior) se há uma relação de continuidade psicológica composta por conexões mentais diretas envolvida. A força dessas conexões é medida pela distância temporal entre elas. Quanto mais próxima for a distância temporal, maior será tanto o número de conexões mentais diretas quanto a proximidade psicológica entre os sujeitos. Por exemplo, existe uma distância temporal pequena de conexões mentais (portanto, um maior número de conexões mentais diretas) entre eu hoje e eu amanhã. Mas a distância temporal dessas conexões será consideravelmente maior (portanto, haverá um menor número de conexões mentais diretas) entre eu hoje e eu daqui a sessenta anos. Assim, em questão de continuidade psicológica, estou mais próximo do meu eu de amanhã do que do meu eu de sessenta anos adiante. É nessa continuidade que é constituída a sobrevivência, e é por essa razão que a sobrevivência admite graus. Ao revermos o caso da cirurgia de hemisferectomia, agora parece mais claro que a pessoa original sobrevive em dois corpos diferentes porque esses corpos são bastante próximos em questão de continuidade psicológica (portanto, possuem um número alto de conexões mentais diretas). Por isso, a sobrevivência não é uma relação um-um e admite graus. O único problema reside na linguagem da identidade.

Parfit conclui que a identidade não é compatível com a sobrevivência porque a identidade não admite graus, mas a sobrevivência sim, o que sugere que a identidade não é uma condição necessária para a sobrevivência. A importância da identidade pessoal deriva das questões que acreditamos que precisam ser resolvidas (em especial, a sobrevivência) e que ao mesmo tempo parecem requerer uma resposta sobre identidade. Como conseguimos responder essas questões sem falarmos de identidade, responder à questão da identidade não é importante para resolvermos o problema da sobrevivência. Logo, a identidade não é importante. Porém, Parfit tem razão? A tese parfitiana é bastante estranha. Mas devemos aceitá-la? Alguns filósofos como David Lewis, como veremos em seguida, acreditam que não devemos porque ela contém erros significativos: a importância da identidade não seria derivada da sobrevivência, pois a sobrevivência e a identidade seriam a mesma coisa.

### 3. OBJEÇÃO E TEORIA DE DAVID LEWIS

Em *Sobrevivência e Identidade*, David Lewis afirma que o aspecto enigmático do problema da identidade pessoal ao longo do tempo é que uma única pergunta, ‘o que é que importa na sobrevivência?’, recebe duas respostas aparentemente distintas:

1. O que importa na sobrevivência é a sobrevivência; e
2. O que importa na sobrevivência é a identidade.

Lewis é um neolockeano e concorda com Parfit que aquilo que importa para a sobrevivência é a relação de continuidade e conectividade psicológica: “Junto com muitos outros, respondo: o que importa na sobrevivência é a continuidade e a conectividade mental” (Lewis, 1976, p. 17)<sup>7</sup>. Mas essa tese não parece ser intuitivamente plausível diante da trivialidade do senso comum de que o que importa para a sobrevivência é a identidade, tampouco seria sensato negar essa trivialidade. Por essa razão, Lewis acredita ser preciso analisar minuciosamente se essas duas respostas não podem ser afinal coextensionais; portanto, compatíveis.

Caso as respostas (1) e (2) forem realmente distintas (e, portanto, incompatíveis) e tivermos que escolher apenas uma delas, Lewis acredita que devemos optar pela segunda, i.e., pela trivialidade do senso comum de que o que importa para a sobrevivência é a identidade. Isso porque a teoria parfitiana, embora interessante, é intuitivamente implausível, e a resposta do senso comum é banal. Mas, se ainda quisermos manter a primeira resposta, como Lewis acredita que devemos fazer, só nos resta mostrar que ambas são a mesma resposta (que a sobrevivência e a identidade são relações idênticas). E será justamente isso que Lewis tentará mostrar.

Derek Parfit afirma que a sobrevivência e a identidade não são coextensionais porque elas têm caracteres formais distintos: a identidade não admite graus e é transitiva, e a sobrevivência admite graus e não é transitiva. Os casos de bifurcação – o da cirurgia de hemisferectomia, em particular – apresentam problemas para a resposta (2) (o que importa na sobrevivência é a identidade) porque entram em conflito com a identidade numérica justamente em virtude de seus caracteres formais. Caso tenhamos que responder esses casos apelando para a noção de identidade, enfrentaremos um dilema a respeito da sobrevivência em que nenhuma saída será satisfatória. Segundo Parfit, a melhor maneira de resolver esses casos é desistirmos de falar em identidade e tratarmos a sobrevivência como uma questão de continuidade psicológica, que admite graus e não é transitiva.

Frente a esse argumento, David Lewis busca mostrar que Parfit comete um erro categorial ao comparar a sobrevivência diretamente com a identidade porque, embora as duas relações sejam coextensionais, elas têm *relata* distintos, o gênero de elementos que participam da relação é diferente. E afirmar que a identidade não admite graus enquanto a sobrevivência sim apenas mostra que elas são relações diferentes, mas não que elas sejam incompatíveis. Para verificarmos

---

<sup>7</sup> Trecho original: “*I answer, along with many other: what matters in survival is mental continuity and connectedness*”.

se elas são realmente incompatíveis, devemos primeiramente adequar os seus respectivos relata.

E nós deveríamos saber disso desde o início, uma vez que elas têm diferentes relata. Aquele que diz que o que importa na sobrevivência é uma relação de continuidade ou conectividade mental está falando de uma relação entre estágios-pessoa mais ou menos momentâneos, ou fatias-de-tempo de pessoas contínuas, ou de pessoas-em-determinados-momentos. Aquele que diz que o que importa na sobrevivência é a identidade, por outro lado, deve estar falando de identidade pessoas contínuas temporalmente estendidas com estágios em diversos momentos. (Lewis, 1976, p. 20)<sup>8</sup>

A questão é a compatibilidade entre as relações e não a sua semelhança ou a diferença. Ora, a continuidade-conectividade psicológica e a identidade possuem diferentes relata, então não é possível compará-las diretamente. Para fazer essa comparação, é preciso haver relata de mesmo tipo. E Lewis sugere uma maneira apropriada para analisarmos essas relações. Primeiro, chamemos a relação de continuidade e conectividade psicológica entre estágios-pessoa de *relação-R*. Da perspectiva da *relação-R*, “se você se pergunta se você sobreviverá a batalha que se aproxima ou algo do tipo, então você está se perguntando se qualquer um dos estágios que existirão posteriormente está R-relacionado com você-agora, o estágio que está fazendo a pergunta” (Lewis, 1976, p.20)<sup>9</sup>. Segundo, Lewis observa que a relação de identidade, apesar de tratar de *peessoas-contínuas*, implica uma relação mantida *entre diversos estágios de uma mesma e única pessoa contínua*, que chamaremos de *relação-I*. Por um lado, da perspectiva da *identidade*, uma pessoa sobrevive se ela se mantém a mesma pessoa. Por outro, da perspectiva da *relação-I*, uma pessoa sobrevive se algum dos estágios que existirão posteriormente estiver I-relacionado (pertencer à mesma pessoa que) seu estágio presente.

Tendo dito isso, Lewis não distingue a relação de identidade da relação-I, pois a diferença relevante entre ambas consiste apenas na espécie de objetos de que tratam.

Se questões de sobrevivência, ou de identidade pessoal, de maneira geral, são questões de identidade entre pessoas contínuas, então elas também são questões de relação-I entre estágios-pessoa; e vice-versa. Mais precisamente: se o senso comum está correto em dizer que o que importa na sobrevivência

---

8 Trecho original: “*And we should have known that from the start, since they have different relata. He who says that what matters in survival is a relation of mental continuity and connectedness is speaking of a relation among more or less momentary person-stages, or time-slices of continuant persons, or persons-at-times. He who says that what matters in survival is identity, on the other hand, must be speaking of identity among temporally extended continuant persons with stages at various times*”.

9 Trecho original: “*If you wonder whether you will survive the coming battle or what-not, you are wondering whether any of the stages that will exist afterward is R-related to you-now, the stage that is doing the wondering*”

é a identidade entre pessoas contínuas, então você tem o que importa para a sobrevivência se, e somente se, seu estágio presente está I-relacionado com estágios futuros. Não faço distinção, portanto, entre a tese de que o que importa na sobrevivência é a identidade e a tese de que o que importa na sobrevivência é a relação-I. De toda forma, ela é uma obviedade convincente do senso comum. (Lewis, 1976, p. 21-22<sup>10</sup>)

O argumento de Lewis pode ser resumido como se segue:

1. A relação-R e a identidade não têm os mesmos relatas.
2. Se a relação-R e a identidade são compatíveis, então a relação-R e a identidade têm os mesmos relatas.
3. Logo, não é o caso a relação-R e a identidade são compatíveis. [de (1) e (2), *modus tollens*]
4. A identidade acarreta uma relação-I.
5. A relação-R trata de estágios-pessoa.
6. A relação-I trata de estágios-pessoa de uma mesma pessoa contínua.
7. A identidade acarreta uma relação-I e a relação-R trata de estágios-pessoa e a relação-I trata de estágios-pessoa de uma mesma pessoa contínua. [de (4), (5) e (6), *introdução da conjunção*]
8. Se (7), então a relação-R e a relação-I têm os mesmos relatas.
9. Logo, a relação-R e a relação-I têm os mesmos relatas. [de (7) e (8), *modus ponens*]
10. Se a relação-R e a relação-I têm os mesmos relatas, então a relação-R e a relação-I são compatíveis.
11. Logo, a relação-R e a relação-I são compatíveis. [de (9) e (10), *modus ponens*]
12. Se a relação-R e a relação-I são compatíveis, então não é verdadeiro que todo estágio I-relacionado é ao mesmo tempo R-relacionado com exatamente os mesmos estágios.
13. É verdadeiro que todo estágio I-relacionado é ao mesmo tempo R-relacionado com exatamente os mesmos estágios.
14. Logo, a relação-R e a relação-I são compatíveis. [de (12) e (13), *mo-*

---

10 Trecho original: “If questions of survival, or personal identity generally, are questions of identity among continuant persons, then they are also questions of I-relatedness among person-stages; and conversely. More precisely: if common sense is right that what matters in survival is identity among continuant persons, then you have what matters in survival if and only if your present stage is I-related to future stages. I shall not distinguish henceforth between the thesis that what matters in survival is identity and the thesis that what matters in survival is the I-relation. Either way, it is a compelling platitude of common sense”.

*dus tollens]*

15. Se é verdadeiro que todo estágio I-relacionado é ao mesmo tempo R-relacionado com exatamente os mesmos estágios, então, por coextensividade, a relação-I é a relação-R<sup>11</sup>.
16. Logo, por coextensividade, a relação-I é a relação-R. [de (13) e (15), *modus ponens]*

Lewis defende que se todo estágio-pessoa I-relacionado é ao mesmo tempo R-relacionado com exatamente os mesmos estágios-pessoa, então, por coextensividade, I e R são a mesma relação. Dado que tanto a relação-I quanto a relação-R têm a mesma extensão, segue-se, de acordo com o Princípio da Extensionalidade, que elas são idênticas. E se essas relações são idênticas, então elas são obrigatoriamente compatíveis. Há aqui uma bicondicional:

A relação-I e a relação-R são *a mesma* relação sse a relação-I e a relação-R são compatíveis e todo estágio I-relacionado é ao mesmo tempo R-relacionado com exatamente os mesmos estágios.

Se em algum momento um estágio for R-relacionado com algum estágio futuro mas I-relacionado com nenhum, ou se em algum momento um estágio for I-relacionado com algum estágio futuro mas R-relacionado com nenhum, então a obviedade de que o que importa é a relação-I discordará da tese interessante de que o que importa é a relação-R. Mas eu afirmo que tal coisa não pode acontecer; então não pode haver tal desacordo. Na verdade, afirmo que *qualquer estágio é I-relacionado e R-relacionado com exatamente os mesmos estágios*. E eu afirmo isso não apenas em relação aos casos que surgem na vida real, mas também para todos os casos problema. Permita-nos individuar relações, como é usual, via coextensividade necessária. Então afirmo que *a relação-I é a relação-R*. (Lewis, 1976, p. 22<sup>12</sup>)

A partir disso, obtemos uma definição não-circular de *pessoa*. Implicitamente, Lewis introduz uma tese *perduracionista*, e, “para os defensores desta perspectiva, os objetos comuns *perduram* [*perdure*]: persistem tendo partes temporais situadas em todos os momentos em que existem. Na verdade, são *compostos* pelas suas partes temporais” (Galvão, 2015, p. 4). Por exem-

11 Isso decorre do Princípio da Extensionalidade em teoria de conjuntos. Essa frase pode ser demonstrada, porém, como envolve um trabalho dispendioso, mantive-a como premissa.

12 Trecho original: “*If ever a stage is R-related to some future stage but I-related to none, or if ever a stage is I-related to some future stage but R-related to none, then the platitude that what matters is the I-relation will disagree with the interesting thesis that what matters is the R-relation. But no such thing can happen, I claim; so there can be no such disagreement. In fact, I claim that **any stage is I-related and R-related to exactly the same stages**. And I claim this not only for the cases that arise in real life, but for all problem cases as well. Let us individuate relations, as is usual, by necessary coextensiveness. Then I claim that **the I-relation is R-relation***” – Grifos do próprio autor.

plo, a caneca de café presente na minha mesa no dia de hoje não é *uma* caneca de café, mas *parte* de uma caneca de café. Isto que agora acredito ser uma caneca é apenas um estágio deste objeto. Na verdade, a caneca de café é um agregado *maximal* de estágios-caneca espaçotemporais desde o momento em que ela surge até o momento em que ela deixa de existir. Um agregado é uma classe, e um agregado maximal é o conjunto que abarca completamente todos os estágios do objeto.

Lewis oferece um tratamento similar para o conceito de pessoa: para ele, uma pessoa é um agregado maximal de estágios-pessoa I-interrelacionados. Isto é, uma pessoa é um conjunto máximo de estágios-pessoa que se I-relacionam entre si e consigo mesmas. Um *estágio-pessoa* é um recorte espaçotemporal da vida de uma pessoa. Por exemplo, John Stuart Mill aos dez anos de idade numa aula de latim é um estágio-pessoa da pessoa contínua John Stuart Mill. Até aqui, prossegue Lewis, temos apenas uma definição circular de pessoa: passamos somente da identidade para a relação-I (derivada da identidade), e vice-versa. Porém, se a relação-I for a relação-R, então obtemos algo mais interessante: a definição de pessoa enquanto um agregado maximal de estágios-pessoa *R-interrelacionados*. Dessa forma, a definição deixa de ser circular e se encaixa perfeitamente numa concepção neolockeana de pessoa.

Isso pode soar como um passo em falso, pois, a partir desta definição e da tese de que a relação-I é a relação-R, Lewis não pode aceitar nenhuma discrepância de carácter formal entre essas relações. Em especial, o filósofo não pode aceitar nem mesmo um caso sequer em que um estágio esteja R-relacionado com outro mas não esteja I-relacionado a ele, ou vice-versa. Lewis tem que defender a tese mais forte de que, *para todo caso possível*, um estágio I-relacionado é ao mesmo tempo R-relacionado com exatamente os mesmos estágios. Portanto, um problema sério a ser evitado é a possibilidade de *sobreposição de estágios-pessoa nos casos de bifurcação*, onde duas pessoas distintas partilham estágios.

Mas se Parfit estiver correto, a relação-R conflita com a identidade em casos de bifurcação apesar da relação-R e da identidade serem comumente bem-comportadas. Assumindo-se o perduracionismo de Lewis, isso significa que há sobreposição de estágios-pessoa nesses casos. Alguém poderia objetar tal afirmação dizendo que agora sabemos que a comparação deve envolver a relação-I e não a identidade. Mas se a relação-R sofre problemas em casos de bifurcação e se a relação-R é a relação-I, então não seria de se esperar o mesmo quanto à relação-I?

Esses problemas surgem somente caso realizemos os fechamentos da relação de memória na ordem incorreta.

Você pode ver que realizar o fechamento simétrico e depois o transitivo cria uma relação em que cada estágio é a mesma pessoa que todo outro estágio. Mas isso não está certo [...]. De maneira geral, após a fissão, os estágios de ramificações distintas devem ser estágios de pessoas distintas. Realizar o

fechamento simétrico e depois o transitivo da relação de memória como a base para a identidade pessoal ou para a persistência leva a um resultado incorreto. (Steinhart, 2018, p. 40)<sup>13</sup>

Caso ajustemos a ordem, eles desaparecem - mesmo nos casos de birfurcação. Parfit realiza os fechamentos reflexivo, simétrico e transitivo da relação de memória para produzir a relação-R quando, ao invés disso, ele deveria ter realizado os fechamentos reflexivo, transitivo e simétrico dessa relação. Com isso, Lewis disputa a premissa 5 de Parfit: se a identidade não admite graus e a sobrevivência admite graus, então a identidade e a sobrevivência não são compatíveis (Lewis, 1976, p. 19). Em outras palavras, se a relação-I é compatível com a relação-R, então a relação-R não admite graus. Ele demonstra que isso é falso: ou seja, que a relação-I e a relação-R são compatíveis ainda que a relação-R admita graus.

Três propriedades importantes de relações são reflexividade, simetria e transitividade. “Uma relação R é reflexiva sse, para todo x em S,  $\langle x,x \rangle$  está em R” (Steinhart, 2018, p. 26 – grifos meus). Por exemplo, a relação “ser da mesma altura que” é reflexiva porque Sócrates é da mesma altura que si mesmo. Todas as pessoas são da mesma altura que si mesmas. “Uma relação R é simétrica sse, para todo x e y em S,  $\langle x,y \rangle$  está em R sse  $\langle y,x \rangle$  está em R” (Steinhart, 2018, p. 26 – grifos meus). Por exemplo, a relação “ser irmão de” é simétrica porque, se João é irmão de Maria, então Maria é irmã de João. E “uma relação R em S é transitiva sse, para todo x, y e z em S, se  $\langle x,y \rangle$  está em R e  $\langle y,z \rangle$  está em R, então  $\langle x,z \rangle$  está em R” (Steinhart, 2018, p. 26 – grifos meus). Por exemplo, a relação “ser descendente de” é transitiva porque, se João descende de Maria e Maria descende de Alberto, então João descende de Alberto.

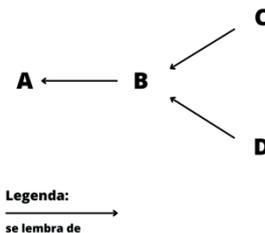
Outro conceito importante é o de *relação de equivalência*, que é uma relação ao mesmo tempo reflexiva, simétrica e transitiva. Geralmente, tem-se bastante interesse em transformar uma relação qualquer numa relação que tenha alguma ou todas essas propriedades. No caso de teorias acerca de Identidade Pessoal, costuma-se buscar relações que sejam compatíveis com a relação de identidade, que é uma relação de equivalência. Quando Locke formulou seu critério da memória para a Identidade Pessoal, ele enfrentou problemas de caráter formal porque a memória não é reflexiva, nem simétrica, nem transitiva. Porém, alguns neolockeanos, a fim de preservar e incrementar a relação de memória (os neolockeanos geralmente acreditam que, embora não suficiente, a memória é necessária para a identidade pessoal), transformam essa relação numa relação de equivalência: o que gera a relação de *continuidade psicológica*. E uma maneira de fazer isso é por meio de *fechamentos*.

13 Trecho original: “You can see that taking the symmetric and then transitive closure makes a relation in which each stage is the same person as every other stage. But this isn't right. (...). More generally, after fission, the stages of distinct branches should be stages of distinct persons. Taking the symmetric and then the transitive closure of the memory relation as the basis for personal identity or persistence leads to an incorrect result”.

Para transformar uma relação  $R$  em uma relação com uma dada propriedade  $P$ , realizamos o fechamento  $P$  de  $R$ . Por exemplo, para transformar uma relação  $R$  em uma que seja reflexiva, realizamos o fechamento reflexivo de  $R$ . Grosso modo, uma certa maneira de fechar uma relação é uma certa maneira de expandir ou estender a relação [...]. Para transformar uma relação em uma relação de equivalência, temos que torná-la reflexiva, simétrica e transitiva. Temos que realizar seus fechamentos reflexivo, simétrico e transitivo. (Steinhart, 2018, p. 29<sup>14</sup>)

E uma vez que temos que realizar três fechamentos, há diversas maneiras em que podemos transformar  $R$  em uma relação de equivalência. A ordem em que realizamos os fechamentos simétrico e transitivo faz diferença. (Steinhart, 2018, p. 32)<sup>15</sup>

Como essa análise formal se encaixa no debate? Relembremos o caso da hemisferectomia. Tomaremos a relação entre os estágios como uma relação de memória. Começaremos por esse critério porque tanto Parfit quanto Lewis são neolockeanos.

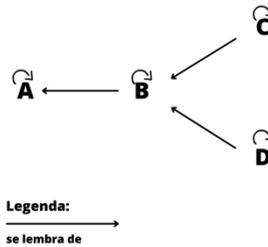


Nesta situação, B é a mesma pessoa que A sse B se lembra de A; e C é a mesma pessoa que B sse C se lembra de B; e D é a mesma pessoa que B sse, D se lembra B. Ou seja, dado o conjunto  $\{A,B,C,D\}$  a relação de memória  $R = \{ \langle B,A \rangle, \langle C,B \rangle, \langle D,B \rangle \}$ . Porém, a identidade é uma relação de equivalência (é reflexiva, simétrica e transitiva), e a memória não é simétrica nem transitiva – esse foi o erro de Locke. Mas imagine que Locke tenha acertado em parte, como acreditam os neolockeanos, e que o que precisa ser feito é transformar a memória numa relação de equivalência assim como a identidade, pois só assim ambas podem ser compatíveis.

14 Trecho original: “To transform a relation  $R$  into a relation with a given property  $P$ , we perform the  $P$  closure of  $R$ . For example, to transform a relation  $R$  into one that is reflexive, we perform the reflexive closure of  $R$ . Roughly speaking, a certain way of closing a relation is a certain way of expanding or extending the relation. [...] To change a relation into an equivalence relation, we have to make it reflexive, symmetric, and transitive. We have to take its reflexive, symmetric, and transitive closures”.

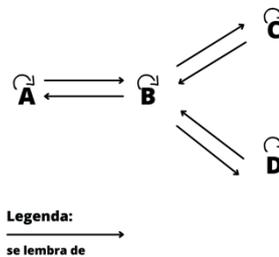
15 Trecho original: “Since we have to take three closures, there are several ways in which we can transform  $R$  into an equivalence relation. The order in which we take the symmetric and transitive closures makes a difference”.

Supondo-se que a memória é uma relação reflexiva, comecemos pelo fechamento reflexivo:



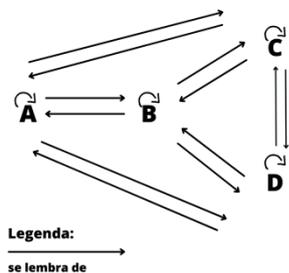
Nessa relação de memória R reflexiva obtemos  $R^1 = \{ \langle B, A \rangle, \langle C, B \rangle, \langle D, B \rangle, \langle A, A \rangle, \langle B, B \rangle, \langle C, C \rangle, \langle D, D \rangle \}$ . Assim, B é a mesma pessoa que A *sse* B se lembra de A e A se lembra de A e B se lembra de B; e C é a mesma pessoa que B *sse* C se lembra de B e B se lembra de B e C se lembra de C; e D é a mesma pessoa que B *sse* D se lembra de B e B se lembra de B e D se lembra de D.

Mas a identidade é também simétrica, e a memória não. Realizemos então o fechamento simétrico da relação de memória:



Neste caso, obtemos uma nova relação de memória a que denominaremos  $R^2$  tal que  $R^2 = \{ \langle B, A \rangle, \langle A, B \rangle, \langle C, B \rangle, \langle B, C \rangle, \langle D, B \rangle, \langle B, D \rangle, \langle A, A \rangle, \langle B, B \rangle, \langle C, C \rangle, \langle D, D \rangle \}$ . Perceba que essa não é mais a relação de memória, mas uma expansão dessa relação.

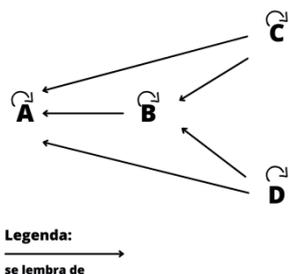
Porém, não podemos parar por aqui porque a identidade é também transitiva, e  $R^2$  não. Realizemos então o fechamento transitivo da relação  $R^2$ :



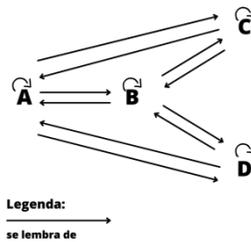
Agora, temos uma relação que denominaremos continuidade psicológica\* ou  $R^3$  tal que  $R^3 = \{ \langle B, A \rangle, \langle A, B \rangle, \langle C, B \rangle, \langle B, C \rangle, \langle D, B \rangle, \langle B, D \rangle, \langle A, A \rangle, \langle B, B \rangle, \langle C, C \rangle, \langle D, D \rangle, \langle A, C \rangle, \langle C, A \rangle, \langle A, D \rangle, \langle D, A \rangle, \langle C, D \rangle, \langle D, C \rangle \}$ . Temos assim uma relação de equivalência, mas será a relação de equivalência correta? Repare que  $R^3$  é permissiva demais. Ela inclui os pares ordenados  $\langle C, D \rangle$  e  $\langle D, C \rangle$  e isso não parece correto porque isso é incompatível com a relação de identidade. Apesar de tanto  $R^3$  quanto a identidade serem relação de equivalência, a primeira abarca mais coisas do que a segunda. Se C tivesse a relação de identidade com D (ou vice-versa), então C seria idêntico a D, o que conflitava com a identidade numérica. Em resumo,  $R^3$  ou a relação de continuidade psicológica\* difere em caráter formal da identidade. Isso leva Parfit a concluir que a sobrevivência é incompatível com a identidade.

Observe o que ocorre caso troquemos a ordem dos fechamentos, como Lewis sugere. Suponhamos que a relação de memória ( $R^1$ ) seja reflexiva. Assim,  $R^1 = \{ \langle B, A \rangle, \langle C, B \rangle, \langle D, B \rangle, \langle A, A \rangle, \langle B, B \rangle, \langle C, C \rangle, \langle D, D \rangle \}$ . Dessa forma, B é a mesma pessoa que A sse B se lembra de A e A se lembra de A e B se lembra de B; e C é a mesma pessoa que B sse C se lembra de B e B se lembra de B e C se lembra de C; e D é a mesma pessoa que B sse D se lembra de B e B se lembra de B e D se lembra de D.

Mas, agora, ao invés do fechamento simétrico, façamos primeiro o fechamento transitivo. Acrescentaremos os pares  $\langle x, y \rangle, \langle y, z \rangle$  e  $\langle x, z \rangle$  faltantes à essa relação, dado que uma relação é transitiva sse, para todo  $x, y$  e  $z$  em  $S$ , se  $\langle x, y \rangle$  está em  $R$  e  $\langle y, z \rangle$  está em  $R$ , então  $\langle x, z \rangle$  está em  $R$ . Dessa forma, obtemos:



Nesse caso, obtemos uma nova relação de memória a que denominaremos  $R^{1'}$  tal que  $R^{1'} = \{ \langle B, A \rangle, \langle C, B \rangle, \langle C, A \rangle, \langle D, B \rangle, \langle D, A \rangle, \langle A, A \rangle, \langle B, B \rangle, \langle C, C \rangle, \langle D, D \rangle \}$ . Essa também não é mais a relação de memória, mas uma expansão dessa relação. Realizemos agora o fechamento simétrico da relação  $R^{1'}$ :



Perceba que obtemos outra relação: continuidade psicológica' ou  $R^{1''}$ . Repare que a continuidade psicológica' e a continuidade psicológica\* são relações distintas porque a segunda envolve dois pares ordenados a mais, a saber,  $\langle C, D \rangle$  e  $\langle D, C \rangle$ , o que a torna incompatível com a identidade. Já a primeira relação, continuidade psicológica', não envolve esses pares e é perfeitamente compatível com a identidade – ou, para ser mais preciso, com a relação-I. É essa relação de continuidade psicológica que Lewis parece ter em mente como relação-R. Essa relação ainda é neolockeana porque ela preserva a intuição chave de que a vida mental importa para a identidade pessoal e toma como modelo a relação de memória, embora a continuidade psicológica' vá muito além desta última. Portanto, Lewis conclui, a relação-I é compatível com a relação-R: todo estágio I-relacionado é ao mesmo tempo R-relacionado com exatamente os mesmos estágios. E, por coextensividade, a relação-I é a relação-R.

#### 4. CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos apresentados, acredito que Lewis tenha resolvido o problema formal acerca da incompatibilidade entre identidade e sobrevivência. A tese de Derek Parfit acerca da não importância da identidade pessoal funcionaria apenas caso houvesse alguma incompatibilidade entre elas. Se o suposto problema for mesmo esse, então caso tenhamos uma visão mais precisa da questão podemos concluir que tal problema não ocorre de fato. Contudo, para defender sua posição, David Lewis recorre a uma tese perdurantista acerca da persistência, que é bastante controversa. Lewis está correto em assumir o perdurantismo? Para descobriremos, seria necessário discutir teorias acerca da persistência *estrito senso* (para além da identidade especificamente de pessoas). Para já, importa apenas mantermos nossas dúvidas em

alerta, pois o perdurantismo é disputável.

Outro ponto importante é que a discussão entre Parfit e Lewis apenas aborda o aspecto conceitual da questão da persistência de pessoas e acaba por deixar de lado questões aparentemente importantes e que toda teoria da identidade pessoal deveria lançar luz sobre. Por exemplo, como devemos nos sentir com respeito ao nosso próprio futuro? Por que nos preocupamos mais com nosso próprio futuro do que com o de outras pessoas? Alguém poderia dizer 'ora, porque aquela pessoa do futuro é você', mas isso pressupõe o que se pretende explicar. A discussão apresentada até o momento deixa de lado questões epistêmicas e psicológicas a respeito da identidade de pessoas. Devemos espelhar a coextensionalidade (e a compatibilidade) do aspecto conceitual com o modo como pessoas pensam a respeito da própria identidade? Tomar uma posição neste sentido sem discutir questões que envolvam a psicologia humana pode ser insensato. Se o critério para a persistência de pessoas realmente envolve termos mentais, como acredito que envolva, será correto deixar de lado os aspectos psicológicos e epistemológicos do problema? Tratar a identidade apenas do ponto metafísico será esclarecedor?

Embora termine este artigo com mais perguntas do que respostas, acredito que a análise realizada até o momento não foi em vão. Para oferecermos respostas adequadas e encontrar os problemas corretos, precisamos investigar, precisamos tentar. E como Lewis nos mostrou até aqui, não há qualquer problema com a compatibilidade entre identidade pessoal e sobrevivência, *caso tenhamos em mente uma perspectiva perdurantista*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONJOUR, L; BAKER, A. *Filosofia: Textos Fundamentais Comentados*. Tradução de André Nilo Klaudat *et al.* 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CASATI, R.; VARZI, A. *Simplicidades Insolúveis: 39 histórias filosóficas*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CONNOR, E.; SIDER, T. “Identidade Pessoal”. In: \_\_\_\_\_. *Enigmas da Existência: uma visita guiada à Metafísica*. Tradução de Vitor Guerreiro. Lisboa: Bizâncio, 2010. p. 15-32.

GALVÃO, P. “Identidade Pessoal”. In: BRANQUINHO, J.; SANTOS, R. *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

GALVÃO, P. “Persistência”. In: BRANQUINHO, J.; SANTOS, R. *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015.

KORFMACHER, C. “Personal Identity”. In: *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Acesso em 21 de julho de 2020. Disponível em < <https://www.iep.utm.edu/person-i/>>.

OISON, E. “Personal Identity”. In: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Acesso em 21 de julho de 2020. Disponível em < <https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/identity-personal/>>.

QUINE, W. “The Ways of Paradox”. In: \_\_\_\_\_. *The Ways of Paradox and Other Essays*. New York: Random House, 1966. p.3-20.

LEWIS, D. “Survival and Identity”. In: RORTY, (org.), *The Identities of Persons*. United States: University of California Press, 1976. p. 17-40.

PERRY, J. “The Importance of Being Identical”. *ibidem*. p. 67-90.

STEINHART, E. *More Precisely: The Math You Need to Do Philosophy*. Canada: Broadview Press, 2018.

STRAWSON, P. *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*. London: Routledge, 2003.